

ESTADOS GERAIS DA PSICANÁLISE
Rio de Janeiro 30/10-2/11 2003
De Cuba à Manille
O homem novo nunca chegou

“O chefe gritava com os retardatários e nós partíamos para o ataque. A regra número um era matar. A regra número dois não havia. Era uma organização sem complicações.”

Citado por Jean Hatzfeld in
Une saison demanchettes

Permitam-me, primeiramente, agradecer pública e calorosamente aos organizadores deste encontro, o segundo com este nome: Carlos Castellar, Chaim Katz, Eduardo Losicer, Joel Birman, Miguel Calmon e Suelena Wernek Pereira. Todos vocês aceitarão, acredito, que eu acrescente a esta lista o nome de Helena Besserman Vianna para lhe prestar uma homenagem ao mesmo tempo solene e pessoal já que eu lhe devo, a ela e a alguns outros, principalmente a Tereza Pinheiro, Caty Koltai de São Paulo e a Joel Birman o fato de terem guiado meus primeiros passos no universo brasileiro. Quero também agradecer a estes mesmos organizadores pela honra que me fizeram sentir ao me convidarem para participar desta sessão de abertura dos Estados Gerais do Rio. Para dizer a verdade, não sei bem o que me fez merecer um tal honra, mas é uma razão a mais para me forçar a assumi-la esclarecendo que algumas idéias que vou tentar formular serão ditas em meu nome, em hipótese alguma a título de não sei mais qual comitê ou grupo mais ou menos anônimo, oculto ou clandestino.

Inicialmente gostaria de lembrar o que são, aos meus olhos, os Estados Gerais, começando por precisar o que eles não o são. Isto significa falar sobre coisas que foram ditas e repetidas, mas talvez isto nunca seja suficiente se julgarmos pelas reticências que aparecem de um ou outro aqui ou em outro lugar.

Os Estados Gerais, tanto os de Paris como os do Rio, nunca tiveram vocação para se misturarem às Associações, Sociedades ou Escolas de psicanálise, quer se trate do modo de funcionamento destas diversas Instituições ou da maneira como elas abordam estas questões fundamentais para a psicanálise que são a formação dos analistas, o ensino e a transmissão da psicanálise. Evidentemente, os Estados Gerais devem debater estas questões assim como outras também, mas não têm como missão regulamentar na matéria pois não são nem o Congresso de uma Internacional nem a assembléia geral de alguma instituição oficial de psicanálise.

Os Estados Gerais são primeiramente um espaço temporal e geográfico, um espaço pontual, momentâneo no quadro do qual, em princípio, psicanalistas de todos os países e de todas as orientações podem trocar seus pontos de vista nos registros teórico e clínico, suas posições quanto às relações que a

psicanálise pode ter no que Lacan chamou “*les sciences affines*”. Internacionais, multi ou pluri disciplinares, abertos para o exterior social, atentos ao acontecimento na brutalidade de sua irrupção, preocupados com o futuro da psicanálise, tantas características que dão a estes encontros seu sentido fundamental, este **sentido político** que foi o primeiro no espírito do seu iniciador, René Major.

Os organizadores desta segunda sessão dos Estados Gerais me parecem terem sido o mais fiéis a este espírito, não fazendo mistério do caráter central que eles pretendiam dar a este sentido político. Foi inicialmente assim que foi preciso compreender, penso eu, para nos felicitar e lhes agradecer por isso, o convite feito a estas personalidades que são o Sr. Tarik Ali, Antônio Negri e Sérgio Paulo Rouanet para virem nos falar considerando seu campo de reflexão e do qual, o mínimo que possamos dizer é que sabemos que a política não estará ausente. Outra marca desta insistência dada à dimensão política por estes Estados Gerais, uma marca explícita, é o libelo do tema escolhido. “**Psicanalisar, hoje (a atualidade de/na psicanálise e a análise da atualidade)**”; a ênfase sendo dada a esta noção de **atualidade**, ponto de referência agindo sobre a psicanálise e suscetível, por sua vez, de ser esclarecida pela mesma. E avançando um pouco mais, este libelo precisa que a ênfase deva ser dada, e é sobre este ponto que gostaria de fazer rapidamente um comentário, sobre, cito, a “**dimensão política contemporânea que orienta as diversas maneiras de ser psicanalista**”. Fórmula impressionante que convida, acredito eu, a outras reflexões se não quisermos permanecer demasiadamente no campo das generalidades, no que chamamos em francês de *langue de bois*.

Primeira observação, constatar que se acha inscrita nesta frase, o que os lingüistas chamam um pressuposto, espécie de asserção silenciosamente sugerida; pressuposto que sugere que, qualquer que seja a maneira que tenhamos de sermos analistas hoje, esta maneira é orientada pela dimensão política, que ela não escapa dos efeitos, efeitos a precisar, desta dimensão política. Esta constatação, esta afirmação, mesmo dita pela metade, testemunham que não há nada estanque entre a psicanálise, a reflexão teórica que ela implica e seu exercício, por um lado e, por outro lado, sua dimensão política. Não poderíamos dizer que uma coisa semelhante seja nova, mesmo que se trate aqui de política **contemporânea** em relação à insistência dada ao termo **atualidade**: exemplos, na verdade, não faltam na história desta interferência entre a política e a psicanálise, mas uma tal constatação, um tal reconhecimento por parte dos psicanalistas em um tal quadro e com tanta força constituem uma espécie de ratificação irreversível de um movimento iniciado há uns 30 anos sob a égide, é necessário de novo assinalá-lo, de René Major, se quisermos nos lembrar bem, entre outras coisas, de alguns encontros acontecidos no âmbito do movimento e da revista **Confrontation** da qual ele foi o fundador e criador. Não é realmente necessário, uma vez assinalada esta importante novidade, lembrarmos detalhadamente o que foi antes da espécie de cegueira dos analistas face à dimensão política, o que foi verdadeiramente esta atitude temerosa que batizaram, não sem algum abuso da linguagem e uma curiosa falta de reflexão, de *neutralidade*, como se a dimensão política não fosse a primeira e a este título determinante, pronta para atribuir a cada um sem preveni-lo, algum lugar em seu espectro e isto de maneira significativa para quem quiser ouvi-lo e não se confinar a uma realidade historicista ou

sociologista; resumindo, sabemos todos que os analistas tiveram, durante muito tempo, uma prevenção que se revelou, em alguns casos, muito onerosa aos olhos do que eles chamaram na época, de uma *política*, persuadidos que estavam de uma existência estanque entre o campo psicanalista e o campo político. Mas deixo, agora, isto de lado, o que mostra uma história necessária do nosso movimento, história que já foi iniciada, mas que é necessário que se continue a fazê-la pela sobrevivência do nosso movimento. Retorno agora a esta frase para assinalar seus dois componentes essenciais e examinar rapidamente o que elas implicam. A dimensão política contemporânea, por um lado e por outro, as diversas maneiras de ser psicanalista.

Começo pela segunda, as diversas maneiras de ser psicanalista. Podemos, sabendo que elas não são *Mille e ter*, enumerá-las, sem com isto contentarmo-nos com uma tal classificação: ser psicanalista em consultório, em instituições hospitalares ou similares são estas as duas primeiras formas que se impõem. Que a dimensão política intervenha no quadro destas duas modalidades da prática, não é certamente duvidoso pois trata-se justamente da questão do status e das regras que mais do que um Estado deseja conceder aos psicanalistas visando regulamentar sua existência; tudo isto será objeto de análise durante nossos trabalhos e da confrontação de nossas experiências dos dois lados do Atlântico, podemos esperar alguns resultados. Ser ou continuar sendo psicanalista aos olhos de nossas associações ou escolas, é um outro aspecto da interferência entre psicanálise e política, um aspecto que é, sem dúvida, menos evidente que o anterior: para dizer isto com uma única palavra, acredito que é mérito de Lacan, qualquer que tenham sido os impasses que ele encontrou depois, ter inscrito na ordem da reflexão psicanalítica, ter tentado teorizar esta questão concretizando-a quando da fundação da *Escola Freudiana de Paris*, fazendo assim aparecer o que seria um impasse, que consistia em deixar acreditar ou acreditar que esta questão fosse só puramente administrativa, ou mesmo organizacional, não considerando de forma nenhuma a especificidade do laço social entre psicanalistas. É esta especificidade que Lacan procurou delimitar para lhe dar uma importância central forjando esta noção então nova de *transfert de travail* (transferência de trabalho) que concerne mais propriamente às questões da transmissão e da formação dos analistas- para distinguir de uma formação psicanalítica-, para tentar enfeitar o futuro esclerosado de uma psicanálise submetida aos ditames de uma burocracia internacional. Aí também não posso aprofundar, só apontar que esta dimensão lacaniana de *transferência de trabalho* implicava, implica sempre, uma concepção do “grau”, bem diferente da idéia de grau, subvertendo, ao menos era este o projeto, a influência da hierarquia e a submissão a este UM, ao qual voltarei em instantes, assim como a qualquer forma de miragem democrática. Seria o caso de estender a discussão neste ponto, de lembrar, por exemplo, que Lacan, usando as mesmas palavras de Paul Valéry, falava a respeito dos analistas, de um “povo de únicos”, que deveria ser classificado neste gênero que é o das “profissões delirantes” a do psicanalista implicando que o que cura não é menos louco que seu paciente- devo aqui lembrar esta obra-prima que é o romance de Joaquim Maria Machado de Assis, *O alienista*- “profissões delirantes”, Valéry usava esta expressão e Lacan não o citava então por acaso, onde reina nesta

estranha lei que implica, “fazer o que ninguém nunca jamais fez e que ninguém jamais o fará”.

Ser ou continuar sendo psicanalista neste registro quase inexistente na época de Freud e que se tornou nestas últimas décadas, para certos analistas, um lugar de reconhecimento que está em conflito com aquele que é constituído por seus pares, gostaria de falar aqui do registro do que chamamos de meios de comunicação. Isto constitui uma outra modalidade de encontro com a política contemporânea quer se trate de suas formas mais gritantes, a guerra, a crueldade, o *so called* terrorismo e suas formas mais extremas, ou que se trate de suas manifestações mais cotidianas, novas abordagens sobre a sexualidade, novas concepções do parentesco e da estrutura familiar. Em todas estas circunstâncias o psicanalista é, por assim dizer, *convocado* pelos meios de comunicação, com o objetivo de esclarecer a opinião com o seu suposto saber: a armadilha é então a de sua atuação como especialista, a identificação com algum *grande Outro*, podendo ler a atualidade, melhor ainda, interpretá-la psicanaliticamente correndo o risco de cobrir a psicanálise com a túnica de *Nessus*. Na medida em que, o fechar-se ao meio e a recusa da Agora contemporânea, o desdém professado por alguns aos olhos desta **atualidade** em seus diversos aspectos evocam a falsa solução que constitui recentemente a neutralidade analítica.

Há ainda uma outra maneira de ser psicanalista - perceberemos, claro, que nenhuma delas é exclusiva, e que a maioria dos analistas são confrontados a várias delas, senão a todas- a que é objeto de pesquisa no desenvolvimento da teoria tratando-se aqui, mais particularmente, da dimensão política. É em cima deste último ponto que parece desejável prolongarmos-nos, nem que seja por alguns instantes, pois trata-se de um esboço de uma reflexão, da abertura de alguma pista em resposta a uma espécie de perspectiva expressa nesta segunda e última parte do libelo, do tema dos nossos encontros, **a análise da atualidade**.

Freud, em seus escritos consagrados a essas dimensões políticas não fez outra coisa senão partir da atualidade de seu tempo para fazer aparecer sem recusar de nenhuma maneira as outras determinações, econômicas, sociológicas ou históricas para demonstrar como o inconsciente constituía uma das molas deste campo da política. Que ele para isto se apropriasse de sua atualidade só para se convencer a reportar às datas de seus escritos. 1915: *Considerações atuais sobre a guerra e a morte*, 1933: *Porque a guerra?* Mas também 1921: *Psicologia das massas*. Este ensaio no qual os analistas, como que para se reabilitar ou retirar a culpa, quiseram ver uma antecipação do funcionamento dos Estados totalitários nazistas e fascistas quando em uma nota na qual foi tratado o desaparecimento dos laços sociais religiosos, Freud assinala, em 1921, portanto, que o laço *socialista* está substituindo-o.

Reconheçamo-lo, nós estamos longe de tê-lo feito tão bem, longe de tê-la feito vir antecipadamente o que viria no nosso século e no que ela se transformou na nossa atualidade. Precisamos dizer também que há uma certa urgência em abrir a concha que constitui a dimensão desta expressão política, constitutiva da nossa atualidade, e também dizer que o que importa hoje é não se contentar com estas formulações, dimensão política, campo político e mesmo “coisa política”, tantas denominações que não deveriam deixar escapar que

estão carregadas de uma preocupação em nada hipotecar, preocupação em nada estancar, o que poderia constituir o seu teor, preocupação em ficar na superfície das coisas sem ter que nomeá-las.

Anteciparei que nossa **atualidade política**, a que nós vivemos cotidianamente, está dominada, determinada por uma data e pelas modificações radicais que esta data provocou em seguida: 1989! último sobressalto, o parêntese Gorbatchev, antes da agonia final de uma aventura que teria atravessado o último século, o fim de uma aventura que trouxe, no início, as esperanças as mais insensatas e as mais loucas: e notem, é isto antes de qualquer outra coisa, antes de toda forma de engajamento de simpatia ou de antipatia, de nostalgia ou de alívio que esta data nos diz respeito, porque ela marca o final de uma empreitada louca, de uma espécie de delírio que nós estamos muito longe de ter muito ou pouco analisado, delírio de Prometeu, que consistiu em querer fazer nascer um homem novo, esquecendo-se -frustração, ato falhada menos do que a história fazendo pouco caso do passado pois são estas as palavras de um hino que os da minha geração cantaram com toda a força mais de uma vez. Queiramos ou não, com raras exceções, e muito recentes aos olhos dos anos que passam - penso aqui nos trabalhos de Régine Robin sobre a história de Berlim e sobre esta memória que se chama *saturada* - nós não soubemos, não pudemos ou não quisemos refletir sobre o que esta loucura, assim como toda loucura, dizia; nós também não soubemos, pudemos ou quisemos analisar esta atualidade em uma de suas características e não a menor, materialização do fracasso daqueles que de perto ou de longe levavam estas esperanças loucas, devendo à legitimação do termo democracia e de seu conteúdo: não vale de nada constatar que este termo, democracia, aos quais os loucos de 1917 e os que os sucederam experimentaram a necessidade de acrescentar as qualificações de **socialista** ou de **popular**, como se só a democracia não tenha sido suficiente, como se tivesse sido necessário convencer-se de que o resultado tivesse sido atingido antes mesmo que o trabalho tivesse começado, não significa, portanto, nada que esta democracia, democracia sonhada, tenha desaparecido, eliminada e substituída pelo termo totalitarismo, a única democracia aceita, aceitável, tornando-se ao mesmo tempo o atual, este liberalismo que se fez ouvir como sendo a única modalidade sobre a qual a dimensão política poderia, a partir daquela data, existir.

Não compreenderíamos nada desta imposição de uma modalidade única da existência da política se não o compreendêssemos como constituindo um *momento* do processo político, enquanto a essência deste processo político, essência sendo um movimento de quebra, de divisão e de conflito cuja dinâmica produz um movimento contrário de anulação desta divisão em favor de uma totalidade. O DOIS, a dualidade, a confrontação, o enfrentamento são, portanto, mensageiros permanentemente de um retorno a um UM, sempre anunciado como definitivo, mesmo em sua modalidade de existência, a história, assim como a atualidade o atestam, é somente da ordem do temporário. Se o lermos bem, o grande Maquiavel e também Freud, releiam com atenção o texto de *Porque a guerra?*, não dizem nada a mais. É de se levar em conta e fazer funcionar esta concepção que nós podemos nos dar os meios de enfeitar a armadilha contemporânea, a do dilema, no qual uma certa representação um certo imaginário da *atualidade* querem nos trancafiar. Um exemplo deste dilema dentre tantos outros, um exemplo muito concreto, atual: o dado por um

recente exemplar do jornal *Le Monde* que mostrava, exprimindo, sem dúvida involuntariamente, os dois termos desta alternativa anestesiante. Numa página do jornal, era assunto a dramática, mas infelizmente previsível deriva do regime do *Líder máximo*, que em nome desta democracia popular chegou a determinar a sorte daqueles de seu povo que não estão de acordo, o exílio, a prisão, ou mais recentemente a morte; em outra página estava descrito o lado freqüentemente escondido da dita democracia liberal, a miséria de milhares de crianças dos bairros desfavorecidos de Manilha que passam sua existência buscando nos montes de imundícies mal cheirosas e transmissoras de todas as doenças microbianas possíveis na esperança de encontrar qualquer subsistência. Seríamos nós condenados a errar neste dilema que nos fariam escolher entre este liberalismo que enfeita da das forças ditas “do bem” e a loucura daqueles que, vivendo na mais absoluta submissão a algum ser supremo, destroem-se ao mesmo tempo em que destroem seu inimigo significando com isto sua renúncia a toda esperança de outra vitória que não seja a do nada.

Se a idéia de **analisar a atualidade** pode ter algum sentido, isto passa portanto primeiramente pela recusa argumentada, menos dos termos do dilema que do próprio dilema, pois também, longe de ter um olhar sobre os elementos contraditórios, ele constitui um falso antagonismo, os dois termos do dilema sendo um espelho produtos, tanto um como outro qualquer que sejam suas modalidades concretas, da arquitetura colocada em evidência por Freud: ditadura do UM e o amor deste mesmo UM foi, como ele mesmo assinalou, uma entidade ou uma idéia; assim do mercado, cuja opressão e a ferocidade dos manipuladores rivalizam com a dos ditadores do século passado e de um outro que está começando. Se é verdade que só existe dilema quando procede de uma terceira posição, cabe à reflexão psicanalítica fazer aparecer este terceiro lugar, lugar de um **grande Outro** invisível e todo poderoso, Deus, para não nomeá-lo, qualquer que seja a religião criada para servi-lo, foi a de Wall Street.

Os psicanalistas deveriam saber hoje mais do que nunca, a psicanálise não tem nada a esperar deste liberalismo que se anuncia como este cavaleiro da força do bem. Ele compreendeu, há muito tempo, este totalitarismo, que não há nenhuma necessidade de gesto espetacular, queimar as obras de Freud, por exemplo, para destruir, como a aranha com sua presa, a psicanálise: lhe é suficiente asfixiá-la, cobri-la com o universo confortante da psicoterapia, arsenal de múltiplas armadilhas, evitando toda forma de castração, culto da idéia de uma erradicação das esperas -angústias depressões, sintomas-miragem de uma mítica integridade da pessoa pela identificação de uma não menos mítica causa primeira do “mal-estar”, fantasma sempre vivo de uma subjetividade plena finalmente liberada do significante da falta e partindo das provas que poderia significar esta velha diferença de sexos considerada hoje como ultrapassada. O liberalismo não tem necessidade de qualificar de **novo** este homem, ele existe com as concretizações conjunturais desde o início da humanidade e é bom colocá-lo em causa literalmente *fora de si*, fora de sua moradia secular, que a descoberta freudiana encontrou seu alcance revolucionário.

Mas por outro lado, a psicanálise não deve mais esperar sua sobrevivência do obscurantismo e não mais o retorno da autoridade de uma forma do ideal do eu na elaboração de outros conceitos da organização da civilização.

Se a psicanálise não tem por objeto a erradicação do ideal do eu e a dissipação do *sofrimento* inerente à condição humana, ela pode fazer valer por seu discurso, que não é nem o do *Mestre*, nem o do *Saber*, uma outra concepção do laço social e da subjetividade, menos para destruir ou suprimir o retorno do discurso da unicidade que para fazer delimita-lo.

Sem dúvida, por isto, e eu me limitarei para concluir esta intervenção a estes dois breves exemplos pode a psicanálise colocar em causa, primeiramente, o que se refere ao gozo que está no fundamento de suas formas de submissão de UM e que nós temos, sem dúvida um pouco depressa, tendência a resolver como sendo os efeitos de transferência. O que está sem dúvida em questão que se impõe sempre à obra da unicidade é este prelado, posto por Freud, precisamente neste texto sobre a psicologia coletiva sobre o amor e mais ainda sobre o amor único que encontramos como resultado desta configuração que assinalaram o percurso das forças ditas de progresso: o sacrifício e o estudo dos mártires, regularmente honrados em qualquer mausoléu. Que pensemos por um instante nestas ladainhas de heróis mortos pela causa, cujos nomes se parecem com os dos Santos do paraíso: Spartacus, São Justo, Rosa de Luxembourg, Trotsky, o Che, etc. Que esta forma de amor, amor de UM, bem depressa transformado no que Lacan chamou de “Deus obscuro” - sem dúvida para fazer oposição a este Deus leigo, cuja presença é inerente a toda forma de interrogação filosófica, o mesmo científica, e na sua ausência- que esta forma de amor de sacrifício constitui o cimento de todas as formas de organização social, bem depressa marcada pelo sectarismo -e o movimento psicanalítico conhece alguma coisa dele- isto não significa, contrariamente, sem dúvida, ao que dizia Freud, que o amor de projeção, dentro e fora da análise, seja o amor do pai: Lacan colocou-o na frente e nada nos impede de continuar o estudo. O amor de projeção e bem mais o amor pelo saber e como tal a aceitação do que não se completou, da divisão subjetiva e do não acabamento. Talvez seja isto que seja necessário ouvir e fazer ouvir nesta tardia qualificação por Freud da profissão de analista, como sendo da ordem do impossível: não é por acaso que neste ponto ele aproxima esta profissão de duas outras, a de educar e a de ... governar. Não há aí elementos para nos guiar em direção a uma nova análise da dimensão política, ao menos para conservar distante toda forma de *futuros radiosos*, final luminoso nunca atingido, que foi sempre colocado na frente para justificar esta uniformização que faz a alegria dos militares- o termo é próximo do dos militantes- de todas as espécies e de todos os países.

Há um outro ponto, o último que me parece impensável não evocar e, desde o início da psicanálise, já que a **atualidade**, a atualidade política sob todas as suas formas não pára de nos fazer ouvir, é o da especificidade do feminino, das mulheres neste campo da política. Quem não observou, sem verdadeiramente se dar conta teoricamente - e eu me desculpo junto aos teóricos do feminismo- a particularidade da inscrição das mulheres neste campo, que ela se manifeste pela obstinação sem fim, de uma presença tanto mais eficaz quanto muda e desarmada, penso nas *ditas “loucas da praça de maio”*, em Buenos Aires- de novo a *loucura* aplicada às mulheres que Lacan dizia que elas não são de “maneira nenhuma loucas” - ou esta que ela apareça sob a forma de uma multiplicação de sua presença nestes atos de sacrifícios que são os *kamikazes* no Oriente Médio ou na Tchetchênia. Freud, sabemos, nunca ficou à vontade nesta questão do continente feminino que ele chegou a

qualificar de *negro*, maneira, sem dúvida de confessar que ele não “via nada” nele. Mas ele terá, no entanto, notado que a versão feminina do amor implicava não ser social, o que podemos observar hoje sob a forma de uma distância, distância cuja história e os hábitos de tal ou tal época não esgotam as razões, aos olhos das modalidades de aglutinação suscitados por qualquer que seja o ideal do eu. Aí ainda e a não ser que se satisfaça com as respostas expressas sob a forma de lamentação, fraqueza da representação feminina no campo político ou ainda suprir esta falta com uma aritmética política que mascaram a paridade, abre-se à reflexão psicanalítica um horizonte de trabalho aos quais estes Estados Gerais poderiam, deveriam dar uma nova impulsão. Agradeço a todos.